

TRE pune quem caça o voto

A presidente do TRE, desembargadora Maria Thereza Braga, suspendeu ontem a funcionária, Jailsa Ferreira, de suas funções de atendente telefônica do serviço de esclarecimento ao eleitor. A decisão foi tomada, explicou, com base nas denúncias feitas pelo coordenador de campanha do PFL, Paulo Goyás, de que a servidora estava indicando nomes de candidatos para as eleições de 15 de novembro.

Segundo o representante do PFL, na manhã de ontem ele fez uma consulta ao telefone 1511 — colocado à disposição do TRE pela Telebrasil — e notou que Jailsa quando ia ensinar o voto para o Senado, mencionava nomes de alguns candidatos. «Quando percebi isso, perguntei a ela se não sabia uma boa opção de voto, pois eu não conhecia nenhum candidato bom. Imediatamente, ela indicou Maurício Corrêa, para o Senado, e Fauzi Mansur do PSC, para a Câmara. Traçando o perfil de cada um».

Goyás relatou que a telefonista argumentou ainda que ele não deveria votar em candidatos dos grandes partidos, por só existirem representantes ricos e assim «devemos votar nos pobres como nós». O coordenador do PFL, não acredita que a orientação da funcionária tenha sido proposital; «mas não podemos deixar que no Tribunal ocorram coisas deste tipo».

A desembargadora Maria Thereza Braga, assim que tomou conhecimento das denúncias, pediu a Paulo Goyás que ofereça depoimento formal, para a instauração de inquérito administrativo e criminal. «Por ser uma servidora pública, lotada no Ministério da Justiça, à disposição do TER, em tese, o ato constitui falta grave, pode dar pena de demissão», afirmou. Quanto ao inquérito de crime eleitoral, a presidente do Tribunal encaminhará um ofício ao Procurador Regional Eleitoral, Haroldo Ferraz da Nóbrega, para que seja apuradas as denúncias.